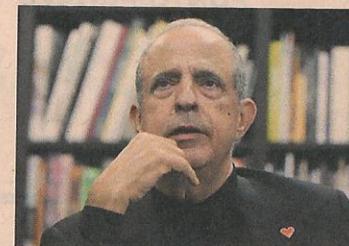


FINANÇAS



Negócio de recuperação de créditos move 4.000 milhões em Portugal

Os montantes sob gestão das empresas de recuperação de crédito duplicaram nos últimos dois anos, mas a taxa de sucesso está a diminuir.

Marta Marques Silva
marta.marquessilva@economico.pt

O negócio de recuperação de créditos tem vindo a ganhar dimensão em Portugal nos últimos anos. Em 2010, o montante da carteira de créditos por recuperar subiu de 2,03 mil milhões de euros para 2,96 mil milhões, um aumento de 45%. E embora os números oficiais de 2011 não sejam ainda conhecidos, António Gaspar, presidente

Whitestar - empresa que além de outros serviços também disponibiliza a função de recuperação de créditos - apresenta algumas justificações para o aumento das dificuldades na recuperação de dívidas: "As dificuldades estão relacionadas com a redução do rendimento disponível, com o aumento do desemprego e com a brutal redução de liquidez no que respeita a financiamento bancário".

Em 2010, último ano para o

está a diminuir porque o negócio, dessas empresas também está a diminuir. O que estamos a ver é que empresas que antes não faziam o 'outsourcing' deste serviço estão a passar a fazê-lo. Há cada vez mais empresas a recorrer a este serviço", refere o director-geral da empresa.

O negócio da recuperação de créditos envolve todo o tipo de financiamento, e até outros sectores, como o das telecomunicações.

MONTANTES SOB GESTÃO

45%

As 29 empresas de recuperação de créditos, associadas da APERC, terão terminado 2011 com cerca de quatro mil milhões de euros para recuperar. Em 2010, a carteira de negócio ascendia a 2,96 mil milhões, um crescimento de 45% nesse ano. Em 2011, o crescimento terá sido

CARLOS COSTA RECONHECE QUE



presas de Gestão e Recuperação de Créditos (APERC), revela que a taxa de crescimento terá sido superior à observada nos anos anteriores, o que, de acordo com as contas do Diário Económico, eleva o montante para valores superiores a quatro mil milhões de euros. Por outro lado, o mesmo responsável admite que recuperar créditos é cada vez mais difícil.

“Há mais processos e mais montantes para recuperar mas a dificuldade é muito maior, porque as pessoas não têm realmente dinheiro”, diz António Gaspar. O que significa que, embora os montantes sob gestão continuem a aumentar a um ritmo elevado, o crescimento da taxa de sucesso em 2011 será inferior ao verificado no passado. “É o que perspectivado por conversas que tenho tido com os meus associados. Todos me dizem o mesmo: têm muito mais processos, muito mais solicitações de ajuda por parte da área financeira, mas a dificuldade que têm tido em recuperar é muito maior do que aquilo que tiveram até aqui”, explica o presidente da associação, que reúne 29 empresas do sector.

Luís Salvaterra, director-geral para Portugal e Espanha da Instrumentum Justitia- empresa especializada na recuperação de créditos-atesta precisamente isso. “É natural que, com as dificuldades que as pessoas e as empresas estão a ter, os prazos de pagamento se prolonguem e os atrasos aumentem e neste momento é cada vez mais difícil pagar. Do lado dos particulares é sobretudo devido ao desemprego que está a aumentar e do lado das empresas há falta de liquidez no mercado”, refere Luís Salvaterra. Também fonte oficial da

empresas recuperaram um total de 539,3 milhões de euros, um crescimento de 28% desde o início da crise, em 2008. Já o número de processos tratados com sucesso quase duplicou no mesmo período, de 980 mil para 1,69 milhões. No final desse ano, as empresas de recuperação de créditos tinham ainda mais de 2,58 milhões de processos sob gestão. Números que resultam de aumento considerável dos montantes em incumprimento junto da banca que, desde 2008 aumentaram 144%, ou 7,76 mil milhões de euros.

No que respeita ao caso da Instrumentum Justitia, a subida de pedidos de ajuda na recuperação de créditos deve-se sobretudo à entrada de novos clientes. “A verdade é que nos clientes existentes, o negócio



António Gaspar
Presidente da APERC

“Há mais processos e mais montantes para recuperar mas a dificuldade é hoje muito maior, porque as pessoas não têm realmente dinheiro.”

à maior parcela dos montantes sob gestão, dada a quota de mercado que representa, seguido do crédito ao consumo e do crédito automóvel. E, ao contrário do que acontecia até há alguns anos, o incumprimento é hoje uma realidade transversal na sociedade portuguesa.

“Principalmente no último ano e meio, houve uma diferença qualitativa nos incumprimentos contratuais”, diz António Gaspar. E explica: “Enquanto até 2010 falávamos sobretudo da classe D e da classe C2, e estou a utilizar as classes da Marktest, hoje além dessas classes temos de incluir também a classe B. Transversalizou-se o problema do incumprimento resultante do endividamento creditício dos portugueses”. Uma realidade que, de acordo com o presidente da APERC, cuja área de especialização é o endividamento das famílias, se deve cada vez mais a situações de desemprego, mas também a situações em que, mesmo mantendo o emprego, existiu uma diminuição do rendimento disponível. Ainda assim, António Gaspar refere que a principal causa do incumprimento continuam a ser “contas mal feitas ou simplesmente não feitas”. E dá um exemplo: “Há uns anos, um casal comprou uma casa que custou cerca de 300.000 euros e só o prémio que o marido recebia todos os meses dava quase para pagar o empréstimo. Entretanto a empresa cortou os prémios aos trabalhadores, e hoje esse casal esse casal está com dificuldades. Porque fizeram as contas com base no pressuposto de que aquele prémio ia manter-se por 30 anos. E estamos a falar de pessoas perfeitamente esclarecidas”. ■ C.M. e A.B.

mesmo superior.

PROCESSOS

2,58 milhões

No final de 2010, último ano para o qual existem dados oficiais do sector, as empresas de recuperação de crédito detinham 2,58 milhões de processos sob gestão e trataram com sucesso nesse ano 1,69 milhões de processos.

CRÉDITO MALPARADO

13,2 mil milhões

A banca portuguesa tem actualmente 13,2 mil milhões de euros em crédito malparado, um valor recorde. Desde o início da crise, em 2008, este valor aumentou 144%, ou 7,76 mil milhões de euros.

E' HD Etv

No canal 16 da ZON e Meo, no canal 200 do Vodafone Casa TV, Optimus Clix e na posição 9 da Cabovisão



ENTREVISTA A ANTÓNIO

“Primamos

Marta Marques Silva

marta.marquessilva@economico.pt

A crise trouxe, por um lado, mais negócio às empresas de recuperação de crédito, por outro, maiores dificuldades no sucesso das operações.

Pode dizer-se que a actual crise trouxe mais oportunidades de negócio para as empresas de recuperação de crédito? Como correu 2011?

Há mais montantes para recuperar, há mais processos para recuperar, mas a dificuldade é muito maior.

Porque as pessoas não têm realmente dinheiro?

Exactamente. E como as pessoas têm muitas dificuldades, vamos crescer porque há muito mais volume de crédito por recuperar,

Tribunal decide se Berardo difamou Jardim

A decisão judicial do processo de difamação movido por Jardim Gonçalves contra Joe Berardo será conhecida hoje, após adiamento. O processo está a ser julgado no 1.º Juízo de Competência Cível do Tribunal de Oeiras. Depois de ouvidas as testemunhas arroladas pelos advogados de ambas as partes, a juíza vai decidir se o accionista Joe Berardo difamou o ex-presidente do BCP, Jardim Gonçalves, nas várias declarações aos media contra o banqueiro e contra a sua gestão no BCP.

AGENDA DO DIA

- BCP: Decisão final do processo de difamação movido a Joe Berardo.
- O Banco Central Europeu divulga as compras de dívida pública da zona euro.

José Sena Goulão / Lusa

HÁ UM PROBLEMA DE FALTA DE FINANCIAMENTO À ECONOMIA



Na passada sexta-feira, o governador do Banco de Portugal (BdP) foi ao Parlamento para ser ouvido na comissão eventual para o acompanhamento das medidas do programa de assistência financeira a Portugal. Aos deputados, Carlos Costa (na foto) reconheceu que “a economia portuguesa confronta-se com fortes restrições de financiamento”. E adiantou: “Nós [Banco de Portugal] não somos surdos” mas, até ao momento, “não conseguimos ainda encontrar justificações analíticas sobre o que se está a passar”.



de Portugal justificou que as restrições de financiamento que Portugal enfrenta resultam de “níveis de endividamento acumulados ao longo de mais de uma década”. O presidente do BdP garantiu ainda que Portugal e a banca estão a cumprir com as metas da ‘troika’.

GASPAR Presidente da Associação Portuguesa de Empresas de Gestão e Recuperação de Créditos

pelas boas práticas”

mas diria que vamos crescer a taxas decrescentes. É o que eu perspetivo por conversas que tenho tido com os meus associados. Todos me dizem o mesmo, têm muito mais processos, muito mais solicitações de ajuda por parte da área financeira, mas a dificuldade que têm tido em recuperar é muito maior do que aquilo que tiveram até aqui. Portanto, nos montantes sob gestão vamos crescer claramente a taxas crescentes, mas ainda não tenho o número.

Existe um certo estigma associado a estas empresas. A Deco, por exemplo, recebe várias queixas sobre uma certa agressividade psicológica por vezes utilizada na recuperação de dívidas...

Temos um código de ética e primamos pelas boas práticas. Queremos associados que se

comprometam com o nosso código de ética e condenamos de forma veemente tudo o que são “cobradores do fraque”. Nunca poderão sequer um dia aspirar a partilhar este espaço associativo connosco. Reconhecemos que existem más práticas, que não tratam com cidadania e respeito pela dignidade todos os cidadãos, mas esse não é o caso dos nossos associados. Aliás, se formos ter com alguém que nos

“

Temos um código de ética e condenamos de forma veemente tudo o que são “cobradores do fraque.

diga que está desempregado, a mulher está desempregada, e não tem de todo forma de pagar, o que fazemos é ir ter com o banco e dizer-lhe isso mesmo. E largamos o caso.

O problema do endividamento em Portugal é um problema de iliteracia?

Não, o nosso problema é não termos feito em Portugal a profilaxia do endividamento. Ou seja, tal como devemos tomar vitamina C para não nos constiparmos, devíamos ter tomado medidas antes de nos endividarmos e perceber até onde podemos ir. Existem portugueses que têm esse discernimento mas, há outros que precisam de ajuda. E aí eu culpo o ministério da Economia, a secretaria de Estado do consumidor e o Instituto do consumidor. ■